



Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Setor de Compras e Licitações

EDITAL

Nº do Processo: 255.00000684/2025-04

Interessado: Gerência de Recursos Humanos, Gerência de Contratação Administrativa

Assunto: 109/2026 - Contratação de sistema integrado de gestão de recursos humanos

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

CONTRATANTE (UASG)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (481101)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, em ambiente WEB

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.011.831,58

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **08/07/2026** às **09h30min** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

(Processo Administrativo nº255.00000684/2025-04)

Torna-se público que a **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp**, por intermédio do senhor Gerente de Contratação Administrativa, no uso da competência que lhe foi deferida pelo inciso I, do artigo 69, da Portaria PR nº 263/2026 e suas alterações, realizará licitação no sistema www.gov.br/compras, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022, da Portaria PR nº 159/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para fornecimento de um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, em ambiente WEB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em Grupo único, formado por 3 (três) itens, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual – MEI.

2.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

2.5.1. Para o Grupo único, composto pelos itens 1 e 2, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6. dirigente ou empregado da FAPESP;

2.6.7. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público dirigente ou empregado da FAPESP, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7.1. A vedação de participação de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da

Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 3.4.1 e 3.4.2 subsequentes](#).

3.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do [§ 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 3.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

3.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 3.3 e 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3.1. Para elaborar seus preços, se cabível, o licitante deverá considerar isenção do ICMS, em conformidade com o artigo 55 do Anexo do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (RICMS-SP), com a redação dada por força do Decreto Estadual nº 48.034, de 19/8/03.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5 % (meio por cento).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se

manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado pelo próprio sistema de processamento da licitação, ou, no caso de falha do sistema, em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

5.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Sicaf;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

6.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

6.1.8. Caberá ao fornecedor, mediante solicitação do pregoeiro, a consulta e envio do resultado referente ao cadastro mencionado na subdivisão anterior.

6.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.4 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

6.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 6.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.13. Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.13.3. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

6.13.3.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

7.1.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação/inabilitação:

a) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (conforme trecho constante do Anexo IV - modelo de proposta).

b) declaração de que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da FAPESP ou com empregado que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme trecho constante do Anexo IV - modelo de proposta).

c) declaração exigida para habilitação, por se tratar de prestação de serviços (conforme trecho constante do Anexo V - modelo de declaração).

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de

certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 11 deste Edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Estado de São Paulo, mediante solicitação do interessado ao e-mail licitacoes@fapesp.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. O proponente ou contratado está sujeito às normas dos artigos de 155 a 163, da Lei Federal nº 14.133/21, no tocante às infrações e sanções administrativas, incidindo, em relação, à penalidade de multa as disposições da Portaria PR nº 161/2024, que integra este instrumento como anexo.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacoes@fapesp.br.

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

10.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema www.gov.br/compras e no endereço eletrônico <https://fapesp.br/pregoeseletronicos>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

10.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 11.2.

11.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

11.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.1 deste Edital.

11.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

11.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

11.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

11.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

11.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito às disposições aplicáveis do Código de Ética e Normas de Conduta da FAPESP, disponível em <https://fapesp.br/codigodeetica.pdf>, bem como à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

11.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://fapesp.br/licitacoes>.

11.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

11.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.15.1.1. ANEXO I.I - Roteiro da Prova de Conceito;

11.15.2. ANEXO II – Minuta do Contrato;

11.15.3. ANEXO III – Cópia da Portaria PR nº 161/2024;

11.15.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta

11.15.5. ANEXO V – Modelo de Declaração exigida para Habilitação;

São Paulo, na data de assinatura digital.

THIAGO VASCONCELLOS DE SOUZA

Matrícula: 627
Subscritor do edital

HISTÓRICO DE ELABORAÇÃO E REVISÕES

1. DATA	2. VERSÃO	3. DESCRIÇÃO	4. AUTOR
---------	-----------	--------------	----------

20/03/2026	1.0	Finalização da minuta	DM
04/05/2026	1.0	Finalização da primeira versão do documento	TVS
29/05/2026	2.0	Retificações no Termo de Referência e minuta contratual	GRH/MAA/TVS/DM
23/06/2026	2.0	Retificações no Termo de Referência e minuta contratual	GCA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/2021

TR – GRH Nº 010/2025 - V.5

(Processo Administrativo nº 255.00000684/2025-04)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, em ambiente web, para prestação de serviços de assessoria, instalação, parametrização, customização, suporte e acompanhamento à implantação, migração de dados, testes, implantação em produção, operação inicial assistida, treinamento, manutenção e demais itens, relativos à gestão de aproximadamente 335 (trezentos e trinta e cinco) colaboradores sob regime CLT, 10 colaboradores inativos, 25 estagiários, e 200 colaboradores autônomos/eventuais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Grupo único	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	Software como Serviço – SAAS - Implantação	26077	Unidade	1	R\$ 532.006,30	R\$ 532.006,30
	2	Software como Serviço – SAAS – até 10 usuários operadores – Licença de Uso Mensal	26077	Mês	12	R\$ 26.462,040	R\$ 317.544,48
	3	Manutenção Evolutiva de Software (Acréscimo de Novas Funcionalidades) – Outras Linguagens	25984	Unidade de Serviço Técnico (UST) 1 UST = 1 hora de trabalho técnico	720	R\$ 225,39	R\$ 162.280,80

1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.5. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois é difundido no mercado e pode ser definido por critérios objetivos.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, por períodos anuais ou plurianuais, por interesse da Administração, até o limite legal de 15 (quinze) anos, em conformidade com os artigos 106 e 114 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6.1. A solução a ser contratada caracteriza-se como sistema estruturante, nos termos do art. 114 da Lei nº 14.133/2021, por padronizar e integrar processos essenciais de gestão de pessoas no âmbito da FAPESP. Trata-se de sistema central que consolida dados funcionais, financeiros e legais, assegurando conformidade normativa, integridade das informações e suporte às atividades de controle interno e externo. Por sua natureza transversal, impacto institucional e capacidade de uniformizar fluxos administrativos críticos, o sistema atende à finalidade prevista no art. 114 da Lei nº 14.133/2021, que contempla sistemas de informação destinados a racionalizar procedimentos e ampliar a eficiência administrativa.

1.7. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.8. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A solução a ser contratada consiste em Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, disponibilizado 100% no modelo Software como Serviço (SaaS), destinado a suportar, de forma contínua, segura e integrada todas as fases do ciclo de vida da relação funcional dos colaboradores da FAPESP, desde a admissão, passando pela gestão do vínculo, remuneração, benefícios, controle de jornada, avaliação de desempenho, até o desligamento, incluindo todas as obrigações legais, previdenciárias, fiscais, contábeis e de transparência e atendimento a órgãos fiscalizadores.

2.2. O sistema deverá assegurar aderência integral às legislações trabalhista, previdenciária, fiscal e administrativa vigentes, inclusive às normas aplicáveis às entidades da administração pública indireta do Estado de São Paulo, bem como às políticas internas da FAPESP, garantindo atualização contínua de regras legais e leiautes oficiais (especialmente do eSocial), automatização de cálculos, integridade das informações, rastreabilidade das operações, segregação de funções por perfis de acesso e disponibilidade ininterrupta durante toda a vigência contratual.

2.3. A solução deverá permitir parametrização flexível, sem necessidade de customizações estruturais ou dependência de desenvolvimento específico, bem como suportar a evolução normativa e tecnológica, assegurando a sustentabilidade do sistema ao longo de todo o seu ciclo de vida.

2.4. A solução deverá contemplar, no mínimo, os módulos e funcionalidades descritos a seguir, de forma integrada entre si:

2.5. Módulo de Administração de Pessoal, abrangendo os processos de admissão, manutenção cadastral e funcional, afastamentos e rescisões, com suporte a múltiplos tipos de vínculo, tais como empregados regidos pela CLT, estagiários, beneficiários ente público (aposentados), autônomos/eventuais, terceiros e vínculos específicos da FAPESP.

2.5.1. Admissão. Deverá permitir:

2.5.1.1. Processamento eletrônico integral de admissões, com cadastro completo de dados pessoais, contratuais, funcionais e de dependentes;

2.5.1.2. Reutilização do cadastro funcional eletrônico do empregado em casos de readmissão ou reintegração, preservando histórico e assegurando atualização automática dos dados;

2.5.1.3. Geração automática de documentos e relatórios admissionais, legais e específicos da FAPESP, incluindo, entre outros: registro eletrônico do vínculo, contratos individuais de trabalho (texto livre), acordos de prorrogação e compensação de jornada, autorizações de desconto de benefícios, declarações relativas à CTPS Digital, salário-família, dependentes e dados estatísticos;

2.5.1.4. Disponibilização de relatórios gerenciais e de apoio.

2.5.2. Manutenção Cadastral e Funcional. Deverá possibilitar:

2.5.2.1. Manutenção e consulta do registro funcional eletrônico e da ficha financeira, inclusive de exercícios anteriores;

2.5.2.2. Controle de alterações contratuais, aditivos, transferências, centros de custo e rateios

contábeis, com definição de datas de início e término de vigência;

2.5.2.3. Gestão de empregos, funções, alterações salariais e evolução salarial histórica;

2.5.2.4. Controle de escalas, horários, turmas e respectivos históricos;

2.5.2.5. Cadastro, manutenção e histórico de parâmetros previdenciários, incluindo enquadramento previdenciário, fatores de risco ocupacional (RAT/FAP) e informações relativas à exposição a agentes nocivos, com reflexos automáticos nos cálculos de encargos e nos envios legais ao governo;

2.5.2.6. Manutenção de histórico versionado dos dados cadastrais e funcionais dos empregados, com controle de vigência temporal e rastreabilidade das alterações realizadas;

2.5.2.7. Geração automática de relatórios de movimentação funcional, escalas, horários, histórico funcional e documentos de apoio à atualização do registro laboral eletrônico.

2.5.3. Afastamentos. Deverá permitir:

2.5.3.1. Solicitação eletrônica padronizada de afastamentos, com registro integral do fluxo desde o pedido até o processamento pelo RH;

2.5.3.2. Controle automático de afastamentos e retornos, com reflexos na folha de pagamento, controle de jornada, banco de horas, férias e estabilidade;

2.5.3.3. Parametrização de motivos de afastamento, inclusive motivos específicos da FAPESP;

2.5.3.4. Cálculo automático de complementações previdenciárias, bem como controle de créditos e descontos relativos a valores adiantados ao empregado;

2.5.3.5. Geração de relatórios detalhados de afastamentos, históricos, benefícios por incapacidade e controles financeiros associados.

2.5.4. Rescisão. Deverá contemplar:

2.5.4.1. Alerta automáticos quanto à existência de estabilidade no momento da comunicação da rescisão;

2.5.4.2. Cálculo automático e prévio das verbas rescisórias, inclusive médias, férias, 13º salário, pensões e descontos legais;

2.5.4.3. Processamento de rescisões complementares e respectivos encargos;

2.5.4.4. Geração de documentos e relatórios legais, tais como termos de rescisão, termo de homologação, termo de quitação, arquivos bancários, informações para requerimento de seguro-desemprego e relatórios analíticos e estatísticos.

2.5.5. Portal de Autosserviço. A solução deverá disponibilizar portal de autosserviço destinado aos colaboradores da FAPESP, acessível via navegador web em computadores e dispositivos móveis, podendo também ser disponibilizado na forma de aplicativo móvel. O portal deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

2.5.5.1. consulta de demonstrativos de pagamento (holerite) e informes de rendimentos;

2.5.5.2. consulta e acompanhamento de períodos aquisitivos e concessivos de férias;

2.5.5.3. solicitação eletrônica de férias e acompanhamento do respectivo fluxo de aprovação;

2.5.5.4. atualização de dados cadastrais com envio eletrônico de documentos comprobatórios;

2.5.5.5. preenchimento e consulta de Avaliação de Desempenho;

2.5.5.6. consulta de históricos de salários, cargos, área de lotação;

2.5.5.7. consulta de benefícios;

2.5.5.8. consulta de afastamentos e demais informações funcionais disponibilizadas pela CONTRATANTE.

2.5.5.9. O portal de autosserviço deverá estar disponível para até 360 (trezentos e sessenta) colaboradores, correspondentes aos empregados sob regime CLT e estagiários ativos da FAPESP, com acesso incluído no valor da Licença de Uso Mensal (LUM) prevista no

Item 2 da tabela de preços, sem custo adicional para a CONTRATANTE.

2.6. Módulo de Férias, que deverá possibilitar:

- 2.6.1. Solicitação eletrônica de férias pelos colaboradores, a partir de qualquer local;
- 2.6.2. Workflow de aprovação por hierarquia e pela área de Recursos Humanos;
- 2.6.3. Controle automático de períodos aquisitivos, inclusive em casos de afastamento;
- 2.6.4. Concessão de férias em mais de um período, com controle de saldo;
- 2.6.5. Alertas automáticos de vencimento do período concessivo de férias, bem como de situações que ensejem o pagamento de férias em dobro, nos termos da legislação trabalhista;
- 2.6.6. Cálculo, simulação e disponibilização eletrônica de avisos, recibos e abonos;
- 2.6.7. Integração automática com provisões, folha de pagamento e encargos;
- 2.6.8. Manutenção de histórico completo dos períodos aquisitivos e concessivos de férias, com rastreabilidade das alterações, concessões, suspensões e impactos decorrentes de afastamentos;
- 2.6.9. Geração de relatórios legais, gerenciais e bancários, inclusive simulações individualizadas.

2.7. Módulo de Folhas de Pagamento. Deverá permitir:

- 2.7.1. Cálculo automático das folhas de pagamento, individual e em lote, para todos os tipos de vínculos;
- 2.7.2. Processamento de verbas fixas, variáveis, parceladas e retroativas;
- 2.7.3. Parametrização, pela CONTRATANTE, das regras específicas de cálculo de verbas próprias da FAPESP, com manutenção de histórico das regras aplicadas por período e rastreabilidade dos impactos em folha;
- 2.7.4. Execução de folhas complementares sem comprometimento dos resultados consolidados;
- 2.7.5. Execução de folhas de pagamento de Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA), com cálculo automático do imposto de renda na forma da legislação vigente, geração dos respectivos demonstrativos e correta informação às obrigações legais e fiscais aplicáveis;
- 2.7.6. Análise comparativa entre competências por meio de telas ou relatórios específicos;
- 2.7.7. Cálculo automático de pensões alimentícias e de verbas específicas da FAPESP, como complementações previdenciárias e aplicação de tetos constitucionais;
- 2.7.8. Geração de demonstrativos confidenciais, arquivos bancários, contábeis e previdenciários e relatórios analíticos, sintéticos, gerenciais e estatísticos.

2.8. Módulo de Encargos, Contribuições e Obrigações Legais. O sistema deverá assegurar:

- 2.8.1. Apuração segura e automatizada dos encargos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamento, incluindo, no mínimo, INSS, FGTS, IRRF, previdência complementar, contribuições sindicais e demais encargos legais, a ser realizada exclusivamente após o fechamento das folhas, garantindo a integridade das bases de cálculo e a rastreabilidade das informações;
- 2.8.2. Geração de relatórios dos encargos por competência, bem como geração de arquivos e eventos legais conforme as obrigações vigentes, com envio, gestão e acompanhamento dos respectivos eventos ao eSocial;
- 2.8.3. Suporte integral às rotinas anuais, como declarações fiscais e previdenciárias e Informes de Rendimentos, com disponibilização dos resultados para conferência com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação aos prazos legais.

2.9. Benefícios. Deverá permitir:

- 2.9.1. A gestão integrada de benefícios diretos, tais como vale alimentação, vale refeição, vale transporte, assistências médica e odontológica, previdência complementar e seguros, bem como de benefícios indiretos, como auxílio-creche, auxílio educação especial, auxílio capacitação e outros benefícios específicos instituídos pela FAPESP;
- 2.9.2. O cadastro, a manutenção e o controle de elegibilidade, vigência e valores dos benefícios

concedidos, por empregado, vínculo, emprego, centro de custo ou outra regra parametrizável definida pela CONTRATANTE;

- 2.9.3. A gestão de dependentes e beneficiários vinculados aos benefícios concedidos, conforme regras parametrizadas;
- 2.9.4. O cálculo automático dos valores de benefícios e das coparticipações do empregado, quando aplicável, com os respectivos reflexos na folha de pagamento;
- 2.9.5. Integração com fornecedores externos de benefícios por meio de arquivos ou interfaces padronizadas, bem como a geração de arquivos operacionais e demonstrativos de conferência;
- 2.9.6. Controle de vigência temporal das regras de concessão e custeio de benefícios, com manutenção de histórico de planos, valores, percentuais e coparticipações aplicados por período;
- 2.9.7. Disponibilização de relatórios de custo total, recuperação, coparticipações do empregado e impacto financeiro líquido, por empregado, por benefício e por centro de custo.

2.10. Banco de Horas e Controle de Jornada, que deverá contemplar:

- 2.10.1. Parametrização flexível de regras de banco de horas por centro de custo, vínculo, emprego ou empregado;
- 2.10.2. Controle completo de saldos, movimentações e vencimentos;
- 2.10.3. Integração com sistemas de controle eletrônico de jornada utilizados no mercado (atualmente, em janeiro/2026, a FAPESP utiliza o sistema ifPonto da empresa iFractal);
- 2.10.4. Adequação dinâmica das regras do banco de horas aos instrumentos normativos internos da FAPESP e à legislação trabalhista vigente, com manutenção de histórico das regras aplicadas por período;
- 2.10.5. Relatórios operacionais, tais como espelho de ponto, gerenciais e legais.

2.11. Empregos, Salários e Quadro de Pessoal. Deverá permitir:

- 2.11.1. Estruturação completa e manutenção do plano de carreira e salários;
- 2.11.2. Simulações de reajustes, progressões e promoções;
- 2.11.3. Controle do quadro de pessoal e aderência orçamentária;
- 2.11.4. Geração de históricos, comparativos e relatórios analíticos.

2.12. Gestão de Desempenho. O módulo deverá viabilizar avaliações periódicas por competências, incluindo diferentes tipos de avaliação, tais como autoavaliação, avaliação por pares, avaliação do colaborador pelo gestor imediato, avaliação do gestor por subordinados ou outras perspectivas que venham a ser definidas pela Administração. O sistema deverá prever, no mínimo:

- 2.12.1. Avaliação por competências no modelo 360°;
- 2.12.2. Gestão integral do processo avaliativo pela CONTRATANTE, sem dependência do suporte técnico da CONTRATADA para criação, parametrização ou condução das avaliações;
- 2.12.3. Personalização de questionários, formulários e quesitos de avaliação, de acordo com critérios, metodologias e necessidades definidos pela Administração;
- 2.12.4. Planejamento e configuração de ciclos avaliativos periódicos, com definição de prazos, etapas, públicos avaliadores e avaliados;
- 2.12.5. Controle de prazos e etapas do processo avaliativo, com notificações automáticas aos participantes acerca de convites, pendências e encerramento das avaliações;
- 2.12.6. Consultas ao histórico completo das avaliações realizadas, com preservação dos resultados por colaborador, por ciclo e por tipo de avaliação;
- 2.12.7. Relatórios de acompanhamento do processo avaliativo, incluindo, no mínimo:
 - 2.12.7.1. Avaliações pendentes e concluídas;
 - 2.12.7.2. Participantes por unidade, centro de custo ou agrupamento definido pela CONTRATANTE;

- 2.12.7.3. Status das etapas do ciclo avaliativo.
- 2.12.8. Relatórios de resultados das avaliações, em formato analítico e consolidado, incluindo, no mínimo:
 - 2.12.8.1. Resultados individuais;
 - 2.12.8.2. Médias por competência;
 - 2.12.8.3. Rankings ou ordenações, quando aplicável;
 - 2.12.8.4. Comparativo entre ciclos avaliativos.
- 2.12.9. Disponibilização dos resultados aos participantes, conforme perfis de acesso e níveis de autorização, assegurando confidencialidade e segregação de informações.
- 2.12.10. Manutenção do histórico dos resultados a partir da implantação do módulo, garantindo rastreabilidade e comparabilidade ao longo do tempo.
- 2.13. Gestão do eSocial, Integrações, Transparência e Órgãos de Controle. A solução deverá assegurar a gestão integral das obrigações legais, das integrações institucionais e do atendimento aos órgãos de controle, contemplando, no mínimo:
 - 2.13.1. A plena integração entre todos os módulos funcionais do sistema – incluindo, entre outros, Administração de Pessoal, Manutenção Cadastral e Funcional, Afastamentos, Folhas de Pagamento, Encargos, Benefícios, Banco de Horas, Controle de Jornada, Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e Rescisões – de modo que as informações registradas e processadas em cada módulo alimentem automaticamente a base única de dados da solução e gerem, de forma consistente e tempestiva, os respectivos eventos do eSocial;
 - 2.13.2. Movimentações cadastrais, contratuais, funcionais, remuneratórias, previdenciárias e de Saúde e Segurança do Trabalho – tais como admissões, alterações de dados pessoais ou funcionais, alterações salariais, concessão e fruição de férias, afastamentos, retornos ao trabalho, rescisões, processamento de folhas de pagamento, apuração de encargos e eventos de SST – deverão resultar automaticamente na geração, validação e preparação dos correspondentes eventos do eSocial, em conformidade com os leiautes, regras de negócio e prazos legais vigentes.
 - 2.13.3. Atualização permanente dos leiautes, regras e validações do eSocial, em conformidade com a legislação vigente;
 - 2.13.4. Envio seguro das informações ao ambiente nacional do eSocial, com controle de prazos, gestão de retornos, recibos, inconsistências e erros;
 - 2.13.5. Disponibilização de painel de controle para acompanhamento dos envios e da situação dos eventos legais;
 - 2.13.6. Gestão preventiva de riscos de prazos legais do eSocial, com identificação automática de eventos pendentes, inconsistentes ou em risco de descumprimento de prazo, e geração de alertas aos usuários administradores;
 - 2.13.7. Garantia de rastreabilidade entre cada registro interno do sistema e o respectivo evento do eSocial a ele associado, permitindo a identificação do módulo de origem, do tipo de evento gerado, da data e hora da geração, da versão do leiaute aplicável e do status de envio, retorno e processamento no ambiente nacional do eSocial;
 - 2.13.8. Impedimento da geração e do envio de eventos legais inconsistentes ou incompatíveis com a base cadastral e funcional consolidada, por meio de validações automáticas de integridade, coerência e completude dos dados;
 - 2.13.9. Integração contábil, com geração de arquivos e informações necessárias aos sistemas corporativos da FAPESP;
 - 2.13.10. Geração de arquivos de folha de pagamento e informações correlatas para atendimento às exigências do Portal da Transparência do Estado de São Paulo, em formatos e layouts compatíveis com as normas vigentes;
 - 2.13.11. Geração de arquivos de folha de pagamento e demais informações requeridas para atendimento às demandas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP),

inclusive para o sistema AUDESP, bem como para outros órgãos fiscalizadores que venham a requisitar dados no âmbito de suas competências;

2.13.12. Manutenção, adaptação e evolução dos layouts e arquivos exigidos pelos órgãos de controle, sempre que houver alterações normativas ou técnicas;

2.13.13. Manutenção de histórico dos layouts e arquivos gerados para fins contábeis, de transparência e de controle externo, com rastreabilidade por competência e por versão normativa;

2.13.14. Garantia de integridade, rastreabilidade, consistência e segurança das informações disponibilizadas para fins de transparência e fiscalização.

2.14. O objeto está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025 e foi transferido para o Plano de Contratações Anual de 2026, aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo, referente à contratação nº 109/2026, do Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 005/2026.

2.15. O objeto da contratação faz parte do seguinte Grupo e Classe do CATSER:

ITEM	GRUPO		CLASSE	
1 e 2	131	Serviços de Computação em Nuvem	1313	Software como Serviço – SAAS
3	111	Serviços de Desenvolvimento e Manutenção de Software	1112	Serviços de Manutenção Evolutiva de software

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a continuidade, a confiabilidade e a conformidade legal das atividades de gestão de recursos humanos e folhas de pagamento da FAPESP, que constituem funções críticas permanentes para o regular funcionamento institucional.

3.2. A Fundação administra um quadro de empregados submetidos ao regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, regras e particularidades legais, demandando processos complexos, recorrentes e altamente sensíveis, tais como admissão, manutenção do vínculo funcional, cálculo de folhas de pagamento, gestão de benefícios, férias, afastamentos, rescisões, encargos, obrigações acessórias, transparência pública e atendimento a órgãos de controle. Tais processos exigem alto grau de automação, precisão, rastreabilidade, segurança da informação e permanente atualização normativa, especialmente diante da constante evolução das legislações trabalhista, previdenciária, fiscal e administrativa.

3.3. O sistema atualmente utilizado pela FAPESP é uma solução integrada de gestão de RH em ambiente web, adotada há vários anos, plenamente incorporada às rotinas institucionais e aos fluxos operacionais da Gerência de Recursos Humanos. A sua utilização consolidou procedimentos, históricos de dados, integrações com sistemas corporativos, atendimento ao eSocial, geração de informações para o Portal da Transparência do Estado de São Paulo e para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), além de suportar regras específicas da Fundação.

3.4. Diante desse cenário, a contratação tem por objetivo obter solução integrada de gestão de recursos humanos que assegure, no mínimo, a continuidade e o nível de atendimento atualmente requerido pela FAPESP, contemplando funcionalidades equivalentes ou superiores às hoje disponíveis, sem vinculação a fornecedor específico.

3.5. Busca-se, assim, uma solução que seja capaz de atender integralmente às necessidades institucionais mapeadas, garantindo a execução segura e eficiente dos processos de RH e folhas de pagamento, a preservação da integridade e da rastreabilidade das informações, a conformidade com a legislação vigente e o adequado atendimento às obrigações de transparência e aos órgãos de controle.

3.6. A contratação deverá, ainda, minimizar riscos operacionais, legais e institucionais, assegurando a continuidade dos serviços essenciais, a adequada gestão dos dados funcionais e financeiros, e a capacidade de adaptação da solução a futuras alterações normativas e tecnológicas, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade, da competitividade e da isonomia, previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A solução a ser contratada deverá compreender um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos em ambiente web que assegure a continuidade das operações atualmente realizadas pela FAPESP, observando os seguintes requisitos mínimos:

4.2. Requisitos gerais

4.2.1. A solução deverá ser baseada em tecnologia web, no modelo 100% SaaS, com interface (front-end) compatível com os principais navegadores de mercado (Microsoft Edge e Google Chrome), dispensando qualquer instalação local nas estações de trabalho dos usuários;

4.2.2. O sistema deverá estar hospedado em Data Center da Contratada ou de terceiros, com infraestrutura segura, controlada e certificada, assegurando alta disponibilidade, redundância e integridade dos dados;

4.2.3. Deverá permitir acesso simultâneo, 24 horas por dia, sete dias por semana, por meio de portal seguro da Contratada, acessível de qualquer local autorizado;

4.2.4. O ambiente deverá oferecer facilidade de uso, navegação intuitiva e desempenho ágil, compatível com o perfil dos usuários administrativos e operacionais da FAPESP.

4.2.5. A solução deverá prever dois perfis distintos de acesso:

4.2.5.1. Usuários operadores: até 10 (dez) profissionais da Gerência de Recursos Humanos da FAPESP, com acesso funcional amplo ao sistema, habilitados a executar rotinas administrativas, parametrizações, processamento de folhas de pagamento, geração de relatórios e demais funcionalidades de gestão de pessoas;

4.2.5.2. Colaboradores: até 360 (trezentos e sessenta) empregados sob regime CLT e estagiários ativos da FAPESP, com acesso restrito ao portal de autosserviço descrito no item 2.5.5, destinado a consultas e solicitações de natureza individual.

4.2.5.3. O acesso de ambos os perfis está incluído no valor da Licença de Uso Mensal (LUM) prevista no Item 2 da tabela de preços, sem custo adicional para a CONTRATANTE.

4.3. Requisitos de segurança e conformidade

4.3.1. O sistema deverá garantir segurança e confidencialidade das informações, observando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e demais normas aplicáveis;

4.3.2. Deverá possuir mecanismos de controle de acesso por login e senha, com níveis de permissão diferenciados, além de registro de logs de auditoria rastreáveis em todas as operações, mantendo histórico de ações realizadas por usuário, data e hora;

4.3.3. Deverá possuir backup em tempo real ou com periodicidade compatível com as melhores práticas de continuidade de negócios, assegurando recuperação integral de dados;

4.3.4. A Contratada deverá garantir atualizações automáticas de versões e implementação online de melhorias, sem prejuízo da operação normal do sistema;

4.3.5. A solução deverá assegurar conformidade legal permanente, incorporando tempestivamente as alterações decorrentes de normas trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive as exigidas pelo eSocial e demais obrigações acessórias.

4.4. Requisitos de integração e interoperabilidade

4.4.1. O sistema deverá possuir integração contábil padrão ou personalizada, compatível com sistemas de gestão empresarial (ERP) utilizados pela FAPESP;

4.4.2. Deverá permitir integração com sistemas de ponto eletrônico e demais sistemas corporativos

internos, mediante APIS, Web Services ou outras tecnologias reconhecidas de interoperabilidade;

4.4.3. Deverá possuir interfaces para importação e exportação de dados em formatos abertos (TXT, CSV, XLSX), bem como integração com o Microsoft Office e ferramentas de análise de dados;

4.4.4. O sistema deverá dispor de mecanismos de envio automático de alertas preventivos e informativos por e-mail, conforme os parâmetros definidos pela Administração.

4.5. Requisitos de implantação e suporte

4.5.1. A Contratada deverá prover instalação, configuração, migração de dados e treinamento por módulos, garantindo plena operacionalidade dos serviços e transferência de conhecimento à equipe da FAPESP;

4.5.2. O serviço deverá incluir atendimento e suporte técnico especializado, com canais formais de comunicação (portal, e-mail, telefone ou chat), em regime de horário comercial ou conforme acordado em contrato;

4.5.3. O suporte deverá contemplar níveis de atendimento (SLA) e prazos de solução proporcionais à criticidade das demandas apresentadas.

4.6. Requisitos de desempenho e manutenção

4.6.1. O sistema deverá assegurar tempo de resposta adequado para consultas e operações rotineiras, conforme parâmetros a serem validados pela FAPESP durante a homologação;

4.6.2. Deverá permitir monitoramento de disponibilidade e desempenho, com relatórios periódicos de operação e incidentes;

4.6.3. Deverá assegurar manutenção corretiva, evolutiva e legal, sem custos adicionais para a Administração, durante todo o período contratual.

Sustentabilidade

4.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.7.1. priorização de solução tecnológica em ambiente cloud, reduzindo consumo de energia, infraestrutura local e necessidade de deslocamentos;

4.7.2. utilização de meios eletrônicos para execução, suporte, comunicação e documentação, evitando impressões desnecessárias;

4.7.3. adoção de práticas de uso eficiente dos recursos computacionais, privilegiando eficiência energética e redução de impactos ambientais.

Vistoria

4.8. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços devido às características do objeto.

Da exigência de carta de solidariedade

4.9. Quando o licitante vencedor não for o próprio desenvolvedor da solução, deve apresentar declaração do desenvolvedor específica para o edital, autorizando a empresa licitante a comercializar, parametrizar, atualizar e manter o sistema ofertado em funcionamento. A declaração deve ser apresentada no ato de convocação para apresentação da proposta, durante o Pregão Eletrônico, e faz-se necessária para garantir a continuidade do serviço, a atualização legal obrigatória e o suporte técnico adequado, mitigando riscos de interrupção operacional durante a execução contratual.

Garantia da Contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a teor da faculdade estabelecida no § 2º, do artigo 145, da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que os pagamentos serão realizados mensalmente somente após o Termo de Aceite da Nota Fiscal.

Da prova de conceito

4.11. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada pelo Pregoeiro para

realização de Prova de Conceito com o objetivo exclusivo de comprovação prática da aderência do sistema às exigências mínimas deste Termo de Referência.

4.11.1. O prazo para realização da Prova de Conceito será de 5 (cinco) dias úteis, conforme disponibilidade da FAPESP, a contar da convocação do Pregoeiro, na qual se definirá o local, a data e o horário de realização da Prova de Conceito.

4.11.2. A realização da prova será preferencialmente remota e será facultado às demais licitantes o acompanhamento de todas as etapas da prova, sendo tal acesso limitado a uma única pessoa por empresa, na condição de ouvinte, ou seja, não serão permitidas interferências na realização da prova.

4.11.3. A Prova de Conceito será baseada em recorte de requisitos essenciais para o objeto. Como nem todas as funcionalidades do TR serão testadas, não será adotado sistema de pontos com nota mínima para aprovação, uma vez que o modelo eliminatório (apto/inapto), com atendimento integral do roteiro estabelecido no Anexo I, apresenta-se como medida razoável e adequada diante do recorte de requisitos a serem demonstrados.

4.12. A demonstração:

4.12.1. Será realizada em ambiente padrão do fornecedor;

4.12.2. Seguirá roteiro objetivo definido pela CONTRATANTE, constante do Anexo I deste Termo de Referência, que integra o instrumento para todos os fins;

4.12.3. Abrangerá fluxos operacionais críticos do sistema;

4.12.4. Terá caráter estritamente eliminatório (apto/inapto).

4.12.5. Serão desclassificados os licitantes cuja solução não demonstre, de forma satisfatória, o atendimento prático aos requisitos mínimos exigidos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto dar-se-á mediante a disponibilização de solução integrada de gestão de Recursos Humanos em ambiente web, no modelo Software como Serviço (SaaS), abrangendo o acesso contínuo ao sistema, sua operação técnica, manutenção e atualização normativa, durante toda a vigência contratual.

5.2. Forma de Prestação da Solução

5.2.1. A solução deverá ser disponibilizada:

5.2.1.1. Em infraestrutura de responsabilidade da CONTRATADA;

5.2.1.2. Acessível via internet, por meio de navegadores amplamente utilizados no mercado;

5.2.1.3. Sem necessidade de instalação local nas estações de trabalho da CONTRATANTE.

5.2.2. A execução do objeto compreende, no mínimo:

5.2.2.1. A disponibilização do sistema com todos os módulos e funcionalidades contratadas;

5.2.2.2. A operação técnica contínua da solução;

5.2.2.3. A manutenção corretiva, adaptativa, evolutiva e legal do sistema;

5.2.2.4. A atualização permanente de regras, tabelas e leiautes legais, especialmente aqueles relacionados às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de transparência.

5.3. Implantação, Configuração e Transição

5.3.1. Quando aplicável, a CONTRATADA deverá executar plano de implantação ou transição, contemplando:

5.3.1.1. Configuração inicial do sistema conforme regras, parâmetros e políticas definidas pela FAPESP;

5.3.1.2. Migração, reaproveitamento ou carga inicial de dados históricos, quando necessário;

5.3.1.3. Validação técnica das informações migradas ou parametrizadas;

5.3.1.4. Disponibilização da solução para início da operação assistida.

5.3.2. A implantação deverá ser conduzida de forma planejada e controlada, preservando a continuidade técnica do processamento da folha de pagamento e das obrigações legais.

5.4. Operação e Manutenção Técnica

5.4.1. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA deverá assegurar:

5.4.1.1. Funcionamento regular e contínuo do sistema;

5.4.1.2. Correção de falhas técnicas e inconsistências de funcionamento;

5.4.1.3. Manutenção evolutiva necessária à adaptação a alterações legais, normativas ou tecnológicas;

5.4.1.4. Compatibilidade da solução com padrões tecnológicos atuais;

5.4.1.5. Preservação da integridade, confidencialidade e rastreabilidade dos dados.

5.4.2. As atualizações e manutenções da solução deverão ocorrer sem ônus adicional para a CONTRATANTE, salvo disposição contratual expressa em sentido diverso.

5.5. Documentação Técnica e Funcional

5.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE documentação técnica e funcional completa, atualizada e em idioma português, destinada aos usuários administradores do sistema, incluindo, no mínimo:

5.5.1.1. Manuais de operação dos módulos;

5.5.1.2. Guias de parametrização e configuração;

5.5.1.3. Documentação de perfis de acesso e permissões;

5.5.1.4. Orientações sobre rotinas legais, integrações e geração de arquivos;

5.5.1.5. Histórico de versões e funcionalidades.

5.5.1.6. Documentação e tutoriais destinados aos colaboradores usuários do portal de autosserviço, em linguagem clara e acessível, abrangendo, no mínimo:

5.5.1.6.1. guia de acesso e navegação no portal;

5.5.1.6.2. tutoriais para utilização de cada funcionalidade disponível, incluindo consulta de demonstrativos de pagamento, acompanhamento e solicitação de férias, atualização cadastral, preenchimento e consulta de avaliações de desempenho, consulta de benefícios e demais funcionalidades previstas no item 2.5.5;

5.5.1.6.3. orientações sobre procedimentos em caso de dificuldades de acesso ou dúvidas operacionais.

5.5.1.6.4. A documentação deverá estar disponível no próprio portal de autosserviço, em formato digital, e deverá ser mantida atualizada ao longo da vigência contratual, acompanhando evoluções do sistema.

5.5.2. A documentação deverá ser mantida atualizada ao longo da vigência contratual, acompanhando evoluções do sistema.

5.6. Treinamento, Capacitação e Transferência de Conhecimento

5.6.1. A CONTRATADA deverá prover treinamento e capacitação técnica e funcional aos usuários designados pela CONTRATANTE para a operação e administração do sistema, como parte integrante da execução do objeto. O treinamento deverá contemplar, no mínimo:

5.6.1.1. Utilização operacional dos módulos contratados;

5.6.1.2. Parametrização e configuração das regras da FAPESP;

5.6.1.3. Execução das rotinas legais (folhas, encargos, eSocial, férias, rescisões, benefícios etc.);

5.6.1.4. Geração de relatórios, arquivos legais e integrações;

5.6.1.5. Procedimentos de contingência e boas práticas de uso do sistema.

5.6.2. As ações de capacitação poderão ser realizadas em formato presencial, remoto ou híbrido, conforme definido pela CONTRATANTE, e deverão incluir:

- 5.6.2.1. Material didático em formato digital;
- 5.6.2.2. Manuais e guias de apoio;
- 5.6.2.3. Gravações das sessões, quando aplicável.

5.6.3. A CONTRATADA deverá assegurar transferência contínua de conhecimento sempre que houver:

- 5.6.3.1. Atualizações relevantes do sistema;
- 5.6.3.2. Alterações legais com impacto operacional;
- 5.6.3.3. Inclusão de novos módulos ou funcionalidades.

5.7. Atendimento e Suporte Técnico aos Usuários

5.7.1. A execução do objeto compreende a disponibilização de serviços de atendimento e suporte técnico aos usuários da CONTRATANTE, em idioma português, por meio de canais remotos, incluindo, no mínimo:

- 5.7.1.1. Atendimento telefônico;
- 5.7.1.2. Atendimento online (portal, sistema de chamados ou correio eletrônico institucional).

5.7.2. O suporte deverá abranger:

- 5.7.2.1. Esclarecimento de dúvidas operacionais e funcionais;
- 5.7.2.2. Apoio à execução de rotinas legais e periódicas;
- 5.7.2.3. Orientação sobre parametrizações e uso correto do sistema;
- 5.7.2.4. Tratamento de falhas técnicas ou inconsistências de funcionamento.

5.7.3. O serviço de suporte deverá estar disponível em horário comercial, em dias úteis, sem prejuízo de atendimento em horários estendidos quando necessário ao cumprimento de prazos legais ou à execução das folhas de pagamento.

5.8. Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.8.1. A prestação dos serviços dar-se-á predominantemente de forma remota, por meio de acesso à solução em ambiente web e dos canais de suporte técnico disponibilizados pela CONTRATADA.

5.8.2. Quando necessária a realização de atividades presenciais, estas ocorrerão nas dependências da sede da FAPESP, situada à Rua Pio XI, 1500 - Alto da Lapa - CEP 05468-901 - São Paulo, SP - Brasil.

5.8.3. O horário padrão de prestação dos serviços técnicos, atendimento e suporte será:

- 5.8.3.1. Em dias úteis;
- 5.8.3.2. Durante o horário comercial.

5.8.4. Atividades extraordinárias poderão ser realizadas fora desse horário, quando tecnicamente necessárias à:

- 5.8.4.1. Implantação ou transição da solução;
- 5.8.4.2. Execução de folhas de pagamento;
- 5.8.4.3. Cumprimento de prazos legais.

5.9. Mecanismos Formais de Comunicação Técnica

5.9.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar mecanismos formais de comunicação técnica para a execução do objeto, incluindo, no mínimo:

- 5.9.1.1. Sistema eletrônico de registro de chamados e solicitações;
- 5.9.1.2. Canal institucional de correio eletrônico;
- 5.9.1.3. Atendimento telefônico.

5.9.2. Os mecanismos deverão permitir:

- 5.9.2.1. Registro e rastreabilidade das solicitações;
- 5.9.2.2. Acompanhamento do status de atendimento;
- 5.9.2.3. Histórico das interações técnicas;
- 5.9.2.4. Identificação das demandas por tipo e módulo.

5.10. Garantia do Serviço

- 5.10.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.10.2. A solução e os serviços prestados estão sujeitos à garantia especialmente quanto à adequação ao fim a que se destinam, à qualidade, à regularidade e à continuidade da prestação do serviço.
- 5.10.3. A garantia compreende a obrigação da CONTRATADA de:
 - 5.10.3.1. Corrigir, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, falhas, defeitos ou inconsistências que comprometam o uso regular da solução;
 - 5.10.3.2. Restabelecer a operação normal do sistema sempre que houver indisponibilidade ou mau funcionamento.

5.11. Segurança da Informação e Continuidade Técnica da Solução

- 5.11.1. A CONTRATADA deverá assegurar que a execução do objeto observe boas práticas de segurança da informação, incluindo, no mínimo:
 - 5.11.1.1. Controle de acesso por perfis e credenciais;
 - 5.11.1.2. Proteção contra acessos não autorizados;
 - 5.11.1.3. Integridade e confidencialidade dos dados;
 - 5.11.1.4. Registros de auditoria das operações relevantes.
- 5.11.2. Deverá, ainda, garantir a continuidade técnica da solução, mediante:
 - 5.11.2.1. Rotinas de backup;
 - 5.11.2.2. Mecanismos de recuperação de dados;
 - 5.11.2.3. Procedimentos de contingência para falhas sistêmicas.

5.12. Fase de Implantação, Migração e Entrada em Produção Assistida

- 5.12.1. Caso a solução adjudicada não corresponda à solução atualmente em uso pela FAPESP, a execução contratual compreenderá fase inicial de implantação, migração e entrada em produção assistida, destinada a assegurar a continuidade operacional das rotinas de recursos humanos, folhas de pagamento e obrigações legais.
- 5.12.2. Essa fase compreenderá, no mínimo:
 - 5.12.2.1. Parametrização da solução conforme as regras institucionais, legais e operacionais da FAPESP;
 - 5.12.2.2. Migração dos dados cadastrais e funcionais essenciais dos empregados e demais vínculos;
 - 5.12.2.3. Validação dos cálculos de folhas de pagamento, férias, encargos e obrigações legais;
 - 5.12.2.4. Treinamento inicial dos usuários administradores;
 - 5.12.2.5. Suporte intensivo durante o período de estabilização da solução.
- 5.12.3. A CONTRATADA deverá apresentar:
 - 5.12.3.1. No prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, plano inicial de implantação, contendo macrocronograma com as principais fases e marcos, abordagem metodológica, equipe alocada, responsabilidades gerais e riscos preliminares com estratégias iniciais de mitigação, o qual deverá ser submetido à aprovação da CONTRATANTE.

5.12.3.2. No prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis contados da assinatura do contrato, plano detalhado de implantação, refinado após reunião de kick-off e diagnóstico conjunto com a CONTRATANTE, contendo cronograma detalhado, marcos, responsabilidades específicas, riscos e estratégia de mitigação, o qual deverá ser submetido à aprovação da CONTRATANTE.

5.12.4. A fase de implantação, migração e entrada em produção assistida deverá ser concluída no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do contrato, observado o cronograma constante do plano de implantação a ser apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE.

5.12.5. A entrada em produção da solução será considerada homologada após validação formal da CONTRATANTE, mediante verificação do funcionamento satisfatório dos fluxos críticos do sistema.

5.12.6. O início da medição e do faturamento da Licença de Uso Mensal (LUM) do SaaS ficará condicionado à homologação da entrada em produção da solução.

5.13. Fase de Revisão Funcional e Reparametrização da Solução (quando aplicável)

5.13.1. Caso a solução adjudicada corresponda à solução atualmente em uso pela FAPESP, a execução contratual deverá contemplar fase estruturada de revisão funcional, saneamento e reparametrização da solução, com o objetivo de corrigir pendências existentes e assegurar a plena aderência do sistema às necessidades operacionais, legais e institucionais da CONTRATANTE.

5.13.2. Essa fase deverá abranger, no mínimo, a revisão, ajuste e validação das parametrizações de verbas, regras e macros de cálculo, bem como de seus reflexos nas folhas de pagamento, encargos, obrigações legais, relatórios e integrações, de modo a garantir a precisão, a consistência e a rastreabilidade dos resultados processados.

5.13.3. No âmbito da fase de revisão funcional e reparametrização, a CONTRATADA deverá assegurar a adequação, validação e correto funcionamento dos arquivos mensais da folha de pagamento destinados ao envio ao sistema AUDESP, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), em conformidade com os layouts, regras e orientações vigentes, incluindo a validação dos dados extraídos e a consistência das informações prestadas.

5.13.4. A fase de revisão funcional será equiparada, para todos os efeitos, à fase de implantação prevista para a solução de fornecedor distinto, inclusive quanto à necessidade de validações, testes, homologação e condicionamento da entrada em produção.

5.13.5. A entrada em produção plena da solução ficará condicionada à homologação formal da CONTRATANTE, após a comprovação da correção das pendências identificadas e da conformidade dos cálculos e resultados gerados, não sendo devido qualquer faturamento antes dessa homologação.

5.14. Suporte Técnico, Atendimento e Níveis de Serviço

5.14.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico aos usuários da CONTRATANTE, em idioma português, abrangendo:

5.14.1.1. Atendimento a chamados técnicos e funcionais;

5.14.1.2. Registro, acompanhamento e encerramento das solicitações;

5.14.1.3. Classificação de incidentes, problemas e demandas.

5.14.1.4. O suporte deverá ser prestado por meio de, no mínimo:

5.14.1.4.1. Portal de atendimento ou sistema de chamados;

5.14.1.4.2. Correio eletrônico;

5.14.1.4.3. Atendimento telefônico.

5.14.1.5. O horário mínimo de suporte deverá ser das 08h às 18h (horário de Brasília) em dias úteis.

5.14.1.6. Chamados críticos relacionados à indisponibilidade do sistema ou falhas graves de

processamento deverão possuir atendimento prioritário.

5.14.2. O Acordo de Nível de Serviço (*Service Level Agreement* – SLA) estabelece os níveis mínimos de desempenho, disponibilidade e qualidade dos serviços que deverão ser observados pela CONTRATADA na prestação da solução de Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, incluindo a disponibilização da plataforma em ambiente SaaS, suporte técnico, manutenção e atendimento de incidentes.

5.14.2.1. O SLA tem por finalidade assegurar a continuidade, confiabilidade e desempenho adequado do sistema, bem como estabelecer parâmetros objetivos para acompanhamento, medição e avaliação da qualidade dos serviços prestados.

5.14.2.2. A CONTRATADA deverá garantir disponibilidade mínima mensal de 99,5% para o ambiente produtivo da solução.

5.14.2.2.1. Para fins de cálculo da disponibilidade mensal, considera-se: Disponibilidade (%) = (Tempo total do período – Tempo de indisponibilidade) / Tempo total do período x 100;

5.14.2.2.2. Não serão considerados como indisponibilidade:

5.14.2.2.2.1. Janelas de manutenção previamente programadas e comunicadas com antecedência mínima de 48 horas;

5.14.2.2.2.2. Interrupções decorrentes de fatores externos à infraestrutura da CONTRATADA (exemplo: falhas de conectividade da rede da CONTRATANTE).

5.14.2.2.3. As janelas de manutenção programada deverão ocorrer, preferencialmente:

5.14.2.2.3.1. Fora do horário comercial; ou

5.14.2.2.3.2. Em horários previamente acordados entre as partes.

5.14.2.3. Os incidentes deverão ser classificados conforme seu grau de criticidade, considerando impacto e urgência.

Prioridade	Descrição	Exemplo
Crítica (P1)	Indisponibilidade total do sistema ou falha que impeça a execução de rotinas essenciais	Folha de pagamento não processa
Alta (P2)	Funcionalidade crítica com falha relevante, mas com solução alternativa temporária	Erro em cálculo específico
Média (P3)	Falha Parcial ou funcionalidade com impacto moderado	Relatório ou rotina auxiliar
Baixa (P4)	Dúvidas operacionais, ajustes ou melhorias	Suporte funcional

5.14.2.4. A CONTRATADA deverá observar os seguinte prazos máximos para atendimento dos chamados:

Prioridade	Tempo máximo de resposta	Tempo máximo de solução ou mitigação
Crítica (P1)	Até 1 hora	Até 4 horas
Alta (P2)	Até 2 horas	Até 8 horas
Média (P3)	Até 4 horas	Até 2 dias úteis

Baixa (P4)	Até 1 dia útil	Até 4 dias úteis
------------	----------------	------------------

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada, avaliada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto, designado pela Gerência de Contratação Administrativa.
- 6.9. Quando não houver designação de Fiscal, as atividades de fiscalização serão exercidas pelo Gestor do Contrato.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. O fiscal técnico atestará formalmente a execução do objeto do contrato, as notas fiscais e / ou faturas correspondentes à sua prestação.
- 6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto.
- 6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

- 6.16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato.
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de liquidação da despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Gerência Administrativa para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.22. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 6.23. Além do disposto acima, a gestão e fiscalização contratual observará a continuidade dos serviços e gestão de Riscos:
- 6.23.1. A execução do contrato deverá assegurar a continuidade dos serviços essenciais, especialmente aqueles relacionados:
 - 6.23.1.1. Ao processamento de folhas de pagamento;
 - 6.23.1.2. Aos encargos e obrigações legais;
 - 6.23.1.3. À transparência pública;
 - 6.23.1.4. Ao atendimento a órgãos de controle.
 - 6.23.2. Deverão ser observadas práticas de gestão de riscos contratuais, visando prevenir interrupções, atrasos ou impactos relevantes ao funcionamento institucional da FAPESP.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A medição da execução contratual e o pagamento à CONTRATADA serão realizados com base na efetiva prestação dos serviços contratados, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e nos respectivos itens da planilha orçamentária.
- 7.2. A contratação compreende três itens distintos, com unidades de medição próprias, a saber:
- 7.2.1. Item 1 – Implantação de Software como Serviço (SaaS), medido por valor global, com base nos marcos de aceite;
 - 7.2.2. Item 2 – Software como Serviço (SaaS), medido por Licença de Uso Mensal (LUM);
 - 7.2.3. Item 3 – Manutenção Evolutiva de Software, medido por horas mensais efetivamente executadas.
- 7.3. Fase de Implantação, Migração e Entrada em Produção - Item 1
- 7.3.1. Caso a solução adjudicada não corresponda à solução atualmente em uso pela FAPESP, a execução contratual compreenderá fase inicial de implantação, migração e entrada em produção assistida, destinada a assegurar a continuidade operacional das rotinas de recursos humanos, folhas de pagamento e obrigações legais.
 - 7.3.2. A fase implantação será objeto de faturamento específico, devendo seus custos ser discriminados separadamente do valor da Licença de Uso Mensal (LUM) do SaaS.
 - 7.3.3. A CONTRATADA deverá apresentar:

7.3.3.1. No prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, plano inicial de implantação, contendo macrocronograma com as principais fases e marcos, abordagem metodológica, equipe alocada, responsabilidades gerais e riscos preliminares com estratégias iniciais de mitigação, o qual deverá ser submetido à aprovação da CONTRATANTE.

7.3.3.2. No prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis contados da assinatura do contrato, plano detalhado de implantação, refinado após reunião de kick-off e diagnóstico conjunto com a CONTRATANTE, contendo cronograma detalhado, marcos, responsabilidades específicas, riscos e estratégia de mitigação, o qual deverá ser submetido à aprovação da CONTRATANTE.”

7.3.4. O faturamento da fase de implantação poderá ocorrer mediante marcos de entrega, observados os limites máximos a seguir:

- (i) até 30% do valor do Item 1 após a conclusão e aceite da Etapa 1;
- (ii) até 30% do valor do Item 1 após a conclusão e aceite da Etapa 2;
- (iii) o saldo remanescente somente poderá ser faturado após a homologação formal da entrada em produção da solução pela CONTRATANTE.

7.3.4.1. os conteúdos mínimos de cada etapa deverão ser detalhados no plano detalhado de implantação.

7.3.5. O início da medição e do faturamento da Licença de Uso Mensal (LUM) do SaaS e dos serviços de manutenção evolutiva ficará condicionado à homologação formal da entrada em produção da solução pela CONTRATANTE.

7.4. Medição e Pagamento do Item 2 – Software como Serviço (SaaS)

7.4.1. A Licença de Uso Mensal (LUM) do SaaS será medida mensalmente, a partir da data de homologação da entrada em produção da solução, mediante a comprovação da disponibilização contínua e regular do sistema no respectivo período de medição.

7.4.2. A medição mensal do SaaS considerará como período de referência o mês civil ou outro período definido contratualmente, desde que assegurada a proporcionalidade do faturamento.

7.4.3. O pagamento mensal do SaaS ficará condicionado cumulativamente:

- 7.4.3.1. À disponibilidade operacional da solução no período de medição;
- 7.4.3.2. Ao atendimento aos níveis mínimos de serviço (SLAs), quanto aplicáveis;
- 7.4.3.3. À inexistência de falhas críticas não sanadas;
- 7.4.3.4. Ao atesto da fiscalização do contrato.

7.4.4. Em caso de indisponibilidade relevante, descumprimento de níveis mínimos de serviço ou falhas críticas não sanadas no período de medição, o valor da LUM poderá sofrer glosas proporcionais, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

7.5. Medição e Pagamento do Item 3 – Manutenção Evolutiva de Software

7.5.1. A manutenção evolutiva de software será medida por horas efetivamente demandadas, executadas e aceitas pela CONTRATANTE, mediante:

- 7.5.1.1. Abertura formal de demanda pela CONTRATANTE;
- 7.5.1.2. Aprovação prévia do escopo e da estimativa de horas;
- 7.5.1.3. Registro das horas trabalhadas;
- 7.5.1.4. Validação técnica da entrega.

7.5.2. A medição e o faturamento das horas de manutenção evolutiva somente terão início após a homologação da entrada em produção da solução.

7.5.3. A quantidade mensal estimada de horas de manutenção evolutiva constitui limite máximo de consumo, não gerando obrigação de pagamento pela totalidade das horas caso não sejam efetivamente utilizadas.

7.5.4. Somente serão faturadas as horas efetivamente executadas e formalmente aceitas, vedado o faturamento por horas não utilizadas, não executadas ou não aprovadas.

7.6. Condições Gerais de Faturamento e Pagamento

- 7.6.1. O faturamento deverá ser realizado mensalmente, após o encerramento do período de medição e mediante emissão de nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente prestados e aceitos.
- 7.6.2. O pagamento ficará condicionado:
 - 7.6.2.1. À regularidade fiscal, social e trabalhista da CONTRATADA;
 - 7.6.2.2. À comprovação da execução dos serviços no período de medição;
 - 7.6.2.3. Ao atesto formal da fiscalização do contrato.

7.7. Disposições Complementares

- 7.7.1. Os valores unitários ofertados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive tributos, encargos, despesas operacionais, suporte técnico, manutenção e atualizações legais.
- 7.7.2. A estimativa de quantidades, especialmente no que se refere às horas de manutenção evolutiva, não confere direito subjetivo à CONTRATADA à contratação integral das quantidades estimadas.
- 7.7.3. É vedado o faturamento de quaisquer valores não expressamente previstos neste Termo de Referência e no contrato.

Do recebimento

- 7.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo fiscal e/ou gestor do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, mediante o recebimento dos Relatórios do Contratado.
- 7.10. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará os parâmetros definidos nos itens 7.1 a 7.8, o fiscal e/ou gestor do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado.
 - 7.11.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, caso tenha mais de um a ser feito, com a entrega do último.
 - 7.11.2. O Contratado fica obrigado a refazer, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - 7.11.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).
 - 7.11.3.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 - 7.11.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
 - 7.11.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo.
- 7.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo fiscal e/ou gestor designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo

detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 7.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo gestor, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções.
- 7.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.
- 7.12.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.12.5. Enviar a documentação pertinente à Gerência Administrativa para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal que pertença à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

- 7.16. O Contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual ou da legislação referente às licitações e contratações públicas.
- 7.17. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado.
- 7.18. A aplicação de multa moratória não impedirá que a autoridade julgadora, mediante ato motivado, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.
- 7.19. Nos casos em que o valor do contrato seja irrisório ou sem custos para a FAPESP, deverá ser fixado no edital e no próprio contrato um valor de referência devidamente motivado para a aplicação de eventuais multas.
- 7.20. O fornecedor ou o Contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-ia aplicação da penalidade de multa pela FAPESP nos termos da Portaria PR nº 161/2024, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados os seguintes percentuais e diretrizes:

Id	Ocorrência	Sanção
1	Atraso na execução do serviço até 30 (trinta) dias	Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso na ou execução do serviço
2	Atraso na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias	Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento), no que exceder ao prazo do Item 1

3	Inexecução total ou parcial do serviço, ou pagamento correspondente a diferença de preço decorrente de nova contratação para o mesmo fim	Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida
4	Recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração da FAPESP	Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida ou pagamento correspondente a diferença de preço decorrente de nova contratação para o mesmo fim

- 7.21. O pedido de prorrogação de prazo em relação ao objeto contratado como prazo final para entrega ou cumprimento de qualquer etapa somente será apreciado se feito dentro do prazo fixado no instrumento de contrato ou equivalente.
- 7.22. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis da sanção de multa se dará em processo administrativo sumário, facultando-se a defesa do Contratante ou Contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação ou ciência.
- 7.23. Da aplicação da multa caberá recurso dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do ato.
- 7.24. A aplicação de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano causado a FAPESP.
- 7.25. As multas previstas nesta, quando for o caso, serão calculadas sobre os valores contratuais reajustados e poderão ser pagas com a garantia prestada na assinatura do contrato ou instrumento equivalente ou descontadas dos pagamentos eventualmente devidos.
- 7.26. As multas previstas nesta são independentes, sendo que a aplicação de uma não impede a aplicação superveniente de outras previstas, cumulando-se os respectivos valores.
- 7.27. As disposições desta aplicam-se em serviços que forem contratados mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, bem como deverá constar dos respectivos processos de licitação ou de contratação direta.

Liquidação

- 7.28. Após o Termo de Recebimento Definitivo, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.29. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.30. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- 7.30.1. O prazo de validade;
 - 7.30.2. A data da emissão;
 - 7.30.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;
 - 7.30.4. O período respectivo de execução do contrato;
 - 7.30.5. O valor a pagar;
 - 7.30.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.31. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

- 7.32. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.33. O Setor Fiscal deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto Estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.34. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, o gestor deverá providenciar a sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.35. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.36. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 7.37. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.38. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação e recebimento na FAPESP, da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023.
- 7.39. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto Estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

- 7.40. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado, com remessa pelo Banco do Brasil S/A.
- 7.41. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do [artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799, 2008](#).
- 7.42. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.43. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.44. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.45. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.1. Os itens que compõe o objeto estão agrupados em um único grupo, para contratação com um único fornecedor.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Regime de execução

8.3. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global para o item 1 e empreitada por preço unitário para os itens 2 e 3.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica.

Habilitação jurídica

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e

- 8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento de quaisquer tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;
- 8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária

Qualificação Técnica

- 8.21. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.22. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.22.1. Prestação de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta contratação, especialmente no que se refere à disponibilização de sistemas de gestão de recursos humanos em modelo SaaS e à execução de rotinas de folhas de pagamento e obrigações legais.
- 8.23. O(s) documento(s) deve(m) ser fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.24. O documento deve conter o nome do(a) atestante, a indicação do cargo, endereço, telefone e e-mail institucional de quem o assinou.
- 8.25. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante.
- 8.26. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 8.27. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela FAPESP, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

- 8.28. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
 - b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;
- 8.29. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;
 - 8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - 8.29.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 8.29.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
 - 8.29.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 - 8.29.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
 - 8.29.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 1.011.831,58 (um milhão, onze mil oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento vigente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, em conformidade com o art. 18, inciso X, da Lei 14.133/2021.
- 10.2. A contratação será atendida, inicialmente, pela seguinte dotação orçamentária:
- I) Gestão/Unidade: 481101 – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP;
 - II) Fonte de Recursos: a indicar;
 - III) Programa de Trabalho: 1912248065699.00000 – Administração da FAPESP ;
 - IV) Elemento de Despesa: 33.90.40.90 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
 - V) Plano Interno: PCA 2026 - contratação 109/2026 - DFD 5/2026;
- 10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício financeiro, a dotação relativa ao(s) exercício(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, nos termos da legislação vigente.

11. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

EVENTO	PRAZO ESTIMADO	VALOR
--------	----------------	-------

Fase de implantação, migração e entrada em produção assistida	Até 180 dias da assinatura do contrato	R\$ 532.006,30 pagamento em até 3 parcelas, conforme item 7.3.4
Disponibilização mensal da solução SaaS (Licença de uso Mensal – LUM)	12 meses a partir da homologação da entrada em produção	R\$ 26.462,04 por mês
Manutenção evolutiva de software (até 60 horas/mês)	Durante toda a vigência contratual	R\$ 225,39 por hora Até R\$ 13.523,40 por mês

11.1. O cronograma físico-financeiro tem caráter estimativo, não gerando direito subjetivo à CONTRATADA quanto ao faturamento integral dos valores máximos previstos.

11.2. A execução e o faturamento observarão os critérios definidos no item “Critérios de Medição e Pagamento”.

12. RESPONSÁVEIS

12.1. Equipe de Elaboração

CPF	NOME	E-MAIL	EMPREGO	AÇÕES
XXX.300.XXX-97	Fernando Merlos Ruiz	frui@fapesp.br	Gerente Adjunto	Elaboração
XXX.634.XXX-08	Ascensão Bela Antonio Molinari	bela@fapesp.br	Gerente	Viabilidade

São Paulo, na data da assinatura digital.

Fernando Merlos Ruiz
Gerente Adjunto
Gerência de Recursos Humanos

Ascensão Bela Antonio Molinari
Gerente
Gerência de Recursos Humanos

HISTÓRICO DE ELABORAÇÃO E REVISÕES

1. DATA	2. VERSÃO	3. DESCRIÇÃO	4. AUTOR
22/01/2026	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Fernando Merlos Ruiz
22/01/2026	1.0	Revisão do documento	Ascensão Bela Antonio Molinari
28/01/2026	2.0	Finalização da segunda versão do documento	Fernando Merlos Ruiz
28/01/2026	2.0	Revisão do documento	Ascensão Bela Antonio Molinari
11/03/2026	-	Revisão do documento	GCA / GRH

17/03/2026	3.0	Finalização da terceira versão do documento	Fernando Merlos Ruiz
18/03/2026	3.1	Revisão do documento	GCA
19/03/2026	3.2	Revisão do documento	Fernando Merlos Ruiz
04/05/2026	4.0	Revisão pós parecer jurídico	GCA
02/06/2026	5.0	Retificações e adequações necessárias pós divulgação da licitação	GCA / GRH

Anexo I.I
Termo de Referência
Roteiro da Prova de Conceito

1. Finalidade

- 1.1. Este Anexo estabelece o roteiro mínimo obrigatório da Prova de Conceito da solução ofertada.
- 1.2. A demonstração tem por finalidade comprovar, de forma prática e objetiva, a aderência da solução aos requisitos funcionais, técnicos e operacionais essenciais definidos neste Termo de Referência.
- 1.3. Os fluxos simulados deverão ter correspondência com funcionalidades reais do sistema.
- 1.4. A demonstração terá caráter estritamente eliminatório, com resultado “apto” ou “inapto”.

2. Condições Gerais da Demonstração

- 2.1. A demonstração deverá ser realizada:
 - 2.1.1. em ambiente padrão da CONTRATADA;
 - 2.1.2. sem necessidade de carga de dados reais da FAPESP;
 - 2.1.3. sem exigência de integrações externas ativas;
 - 2.1.4. por meio de dados fictícios ou base demonstrativa.
- 2.2. A demonstração:
 - 2.2.1. será conduzida pelo licitante;
 - 2.2.2. será acompanhada por representantes da CONTRATANTE;
 - 2.2.3. seguirá estritamente este roteiro, não sendo admitidas substituições arbitrárias de fluxos.
 - 2.2.4. falhas sanáveis durante a prova podem ser corrigidas no ato, sem a adição ao software de componente não existente, desde que a falha reflita apenas erro operacional e não a inexistência de funcionalidades do sistema.
- 2.3. A duração estimada da demonstração será de 2 (duas) a 4 (quatro) horas, por licitante.
- 2.4. Quando acontecer remotamente a avaliação será gravada integralmente e seu conteúdo fará parte dos autos da contratação.

3. Roteiro Mínimo de Casos de Uso (Fluxos Críticos)

O licitante deverá demonstrar, no mínimo, os seguintes fluxos operacionais:

3.1. Cadastro e Administração de Pessoal

Demonstrar:

- 3.1.1. cadastro de um empregado fictício, contendo:
 - 3.1.1.1. dados pessoais;
 - 3.1.1.2. dados contratuais;
 - 3.1.1.3. emprego, função e centro de custo;
 - 3.1.1.4. tipo de vínculo;
 - 3.1.1.5. salário base;
 - 3.1.1.6. jornada de trabalho.
- 3.1.2. visualização e edição dos dados cadastrais;
- 3.1.3. histórico de alterações funcionais.

3.2. Parametrização de Verbas e Regras de Cálculo

Demonstrar:

- 3.2.1. cadastro ou visualização de rubricas (vencimentos e descontos);
- 3.2.2. parametrização de uma verba fixa e uma verba eventual;
- 3.2.3. visualização das bases de cálculo de encargos;
- 3.2.4. associação de rubricas a encargos legais.

3.3. Processamento de Folhas de Pagamento

Demonstrar:

- 3.3.1. cálculo de folha mensal para um conjunto de empregados fictícios;
- 3.3.2. visualização do demonstrativo de pagamento (holerite);
- 3.3.3. visualização de resumo da folha;
- 3.3.4. identificação de bases de encargos e tributos.

3.4. Férias

Demonstrar:

- 3.4.1. solicitação eletrônica de férias por empregado fictício;
- 3.4.2. aprovação do pedido por gestor ou RH;
- 3.4.3. cálculo das férias;
- 3.4.4. geração de aviso e recibo de férias;
- 3.4.5. impacto das férias na folha.

3.5. Afastamentos

Demonstrar:

- 3.5.1. registro de um afastamento fictício;
- 3.5.2. reflexo automático do afastamento:
 - 3.5.2.1. na folha;
 - 3.5.2.2. nas férias;
 - 3.5.2.3. no período aquisitivo.

3.6. Encargos e Obrigações Legais

Demonstrar:

- 3.6.1. geração de encargos previdenciários e fiscais;
- 3.6.2. visualização das bases de cálculo;
- 3.6.3. geração de ao menos uma guia legal (ex.: INSS ou FGTS).

3.7. eSocial

Demonstrar:

- 3.7.1. visualização do painel de gestão do eSocial;
- 3.7.2. envio ou simulação de envio de um evento;
- 3.7.3. gestão de retorno (recibo ou erro simulado);
- 3.7.4. rastreabilidade do evento enviado.

3.8. Relatórios e Consultas

Demonstrar:

- 3.8.1. geração de relatório de folha;
- 3.8.2. geração de relatório cadastral;
- 3.8.3. exportação de ao menos um relatório em formato XLS ou PDF.

3.9. Segurança e Perfis de Acesso

Demonstrar:

- 3.9.1. criação ou visualização de perfis de usuário;
- 3.9.2. restrição de acesso por perfil;
- 3.9.3. acesso diferenciado a dados sensíveis.

4. Critérios Mínimos de Aprovação

4.1. O licitante será considerado apto quando demonstrar, de forma satisfatória:

- 4.1.1. execução integral dos fluxos listados no item 3;
- 4.1.2. funcionamento coerente entre cadastro, regras, folha e encargos;
- 4.1.3. consistência mínima dos resultados apresentados;
- 4.1.4. navegação funcional entre os módulos demonstrados.

4.2. Será considerado inapto o licitante cuja solução:

- 4.2.1. não consiga executar qualquer dos fluxos críticos;
- 4.2.2. apresente falhas impeditivas de funcionamento;
- 4.2.3. não demonstre aderência prática aos requisitos mínimos do TR.

5. Forma de Avaliação

5.1. A avaliação da demonstração será realizada:

- 5.1.1. por meio de checklist objetivo de aderência, elaborado pela CONTRATANTE;
- 5.1.2. com registro formal do resultado (apto/inapto);
- 5.1.3. sem atribuição de pontuação classificatória.

6. Resultado da Prova de Conceito

6.1. O resultado será formalizado em ata, contendo:

- 6.1.1. identificação do licitante;
- 6.1.2. data da demonstração;
- 6.1.3. registro do resultado (“apto” ou “inapto”);
- 6.1.4. eventuais observações relevantes.

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP

(Processo Administrativo nº 255.00000684/2025-04)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO ENTRE
O(A) FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE
SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO(A)
.....
.....
E

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, instituída pela Lei Estadual nº 5.918, de 18 de outubro de 1960, com sede no(a) Rua Pio XI, 1500, Alto da Lapa, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 43.828.151/0001-45, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional nº/inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para fornecimento de um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Software como Serviço – SAAS - Implantação	26077	Unidade	1		

2	Software como Serviço – SAAS – até 10 usuários operadores – Licença de Uso Mensal	26077	Mês	12		
3	Manutenção Evolutiva de Software (Acréscimo de Novas Funcionalidades) – Outras Linguagens	25984	Unidade de Serviço Técnico (UST) 1 UST = 1 hora de trabalho técnico	720		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global para o item 1 e por preço unitário para os itens 2 e 3.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 15 (quinze) anos, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação integral do objeto ou de sua parcela principal, consistente na disponibilização e gestão da solução de sistema integrado de gestão de recursos humanos, bem como na responsabilidade contratual pela sua execução.

4.1.2. Poderão ser subcontratadas parcelas referentes a serviços auxiliares de implantação e atividades correlatas.

4.1.3. Não se caracteriza como subcontratação, para os fins desta cláusula, a utilização de infraestrutura de terceiros necessária à prestação do serviço no modelo SaaS, bem como a organização interna da força de trabalho do Contratado no âmbito de sua estrutura operacional.

4.1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.5. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.5.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

4.1.5.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

4.1.5.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.5.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica

não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;

4.1.5.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

4.1.5.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.6. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

4.1.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor global para o item 1 é de R\$ (.....)

5.2. O valor unitário mensal referente ao item 2 da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....)

5.3. O valor unitário, sob demanda, referente ao item 3 da contratação é de R\$..... (.....)

5.4. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.5. O valor indicado na cláusula 5.3 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.6. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme segue:

$$R = Po \cdot [(IPC/IPCo) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Jurídica da FAPESP para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias corridos para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração

de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.12. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada [pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da FAPESP, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas –

CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança da FAPESP e as disposições aplicáveis do Código de Ética e Normas de Conduta da FAPESP, disponível em <https://fapesp.br/codigodeetica.pdf>;

9.1.22. A prestação dos serviços dar-se-á predominantemente de forma remota, por meio de acesso à solução em ambiente web e dos canais de suporte técnico disponibilizados pela CONTRATADA.

9.1.23. Quando necessária a realização de atividades presenciais, estas ocorrerão nas dependências da sede da FAPESP, situada à Rua Pio XI, 1500 - Alto da Lapa - CEP 05468-901 - São Paulo, SP - Brasil.

9.1.24. Realizar a transição contratual mediante o fornecimento dos dados, parametrizações e da documentação operacional relacionados ao ambiente da FAPESP, na extensão necessária à continuidade dos serviços, sem transferência de propriedade intelectual, nem de conhecimentos ou metodologias vinculados à solução.

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se

compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público da FAPESP, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da FAPESP ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. No âmbito da execução do objeto deste contrato, o Contratado deve cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à proteção de dados pessoais, inclusive regulamentos editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, e deve observar as instruções por escrito do Contratante no tratamento de dados pessoais.

10.1.1. O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

10.1.2. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.1.3. Considerando a natureza do tratamento, o Contratado deve, enquanto operador de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.1.4. O Contratado deve:

10.1.4.1. notificar o Contratante na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da [Lei nº 13.709, de 2018](#); e

10.1.4.2. quando for o caso, auxiliar o Contratante na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere a subdivisão anterior.

10.1.5. O Contratado deve notificar ao Contratante, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o Contratante cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos

dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.1.6. O Contratado deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

10.1.7. O Contratado deve auxiliar o Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da [Lei nº 13.709, de 2018](#), no âmbito da execução deste Contrato.

10.1.8. Na ocasião do encerramento deste contrato, o Contratado deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao Contratante ou eliminá-los, conforme decisão do Contratante, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, certificando por escrito, ao Contratante, o cumprimento desta obrigação.

10.1.9. O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo Contratante ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

10.1.10. O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da [Lei nº 13.709, de 2018](#) ou de instruções do Contratante relacionadas a este contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

10.1.11. Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), deverão ser observadas pelo Contratado ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do Contratante.

10.1.12. É vedada a transferência de dados pessoais, pelo Contratado, para fora do território do Brasil.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

em conformidade com a Portaria PR nº 161/2024, que integra o presente Edital como anexo.

(1) Moratória de 0,1 % (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, quanto exceder o prazo de 30 (trinta) dias;

(3) Compensatória de 10% (dez por cento) do valor total ou parcial da obrigação não cumprida, no caso de inexecução total ou parcial do serviço ou pagamento corresponde à diferença de preço decorrente de nova contratação para o mesmo fim.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133,](#)

[de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do [Decreto estadual nº 55.938, de 2010](#), com a redação que lhe foi dada pelo [Decreto estadual nº 57.159, de 2011](#), na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 481101 – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP;

II. Fonte de Recursos: a indicar;

III. Programa de Trabalho: 1912248065699.00000 – Administração da FAPESP;

IV. Elemento de Despesa: 33.90.40.90 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

V. Plano Interno: PCA 2026 - contratação 109/2026 - DFD 5/2026;

VI. Nota de Empenho: a elaborar

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via eletrônica, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO III

PORTARIA PR N. 161, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024

Regulamenta o procedimento de apuração e aplicação da penalidade multa, consoante as disposições contidas no artigo 155 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, considerando os Estatutos aprovados pelo Decreto n. 40.132, de 23 de maio de 1962, considerando a Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e considerando o quanto deliberado pelo Conselho Técnico-Administrativo - CTA, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2024, edita a seguinte Portaria:

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente às licitações e contratações públicas.

Seção II Da Multa

Art. 2º A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado.

§ 1º A aplicação de multa moratória não impedirá que a autoridade julgadora, mediante ato motivado, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

§ 2º Nos casos em que o valor do contrato seja irrisório ou sem custos para a FAPESP, deverá ser fixado no edital e no próprio contrato um valor de referência devidamente motivado para a aplicação de eventuais multas.

Art. 3º O licitante ou contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos desta Portaria, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços ou obras, até o máximo de 30 (trinta) dias, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

II - no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento), no que exceder ao prazo do inciso I deste artigo;

III - multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou

pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova contratação para o mesmo fim; e

IV - multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, no caso de inexecução total ou parcial do serviço, entrega do bem ou obra ou pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova contratação para o mesmo fim.

Art. 4º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração da FAPESP, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida sujeitando-o à multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida ou pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova contratação para o mesmo fim.

Art. 5º O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo estabelecido pela FAPESP, que não poderá ser superior a 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação.

Parágrafo único. A não ocorrência do que está estipulado no caput deste artigo ensejará a aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da obrigação não cumprida ou pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova contratação para o mesmo fim, considerando-se o adjudicatário em mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido para a substituição do material.

Art. 6º O pedido de prorrogação de prazo em relação ao objeto contratado como prazo final para entrega ou cumprimento de qualquer etapa somente será apreciado se feito dentro do prazo fixado no instrumento de contrato ou equivalente.

Art. 7º A apuração de responsabilidade por infrações passíveis da sanção de multa se dará em processo administrativo sumário, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação ou ciência.

Parágrafo único. Da aplicação da multa caberá recurso dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do ato.

Art. 8º A aplicação de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano causado à FAPESP.

Art. 9º As multas previstas nesta Portaria, quando for o caso, serão calculadas sobre os valores contratuais reajustados e poderão ser pagas com a garantia prestada na assinatura do contrato ou instrumento equivalente ou descontadas dos pagamentos eventualmente devidos.

Art. 10. As multas previstas nesta Portaria são independentes, sendo que a aplicação de uma não impede a aplicação superveniente de outras previstas, cumulando-se os respectivos valores.

Art. 11. As disposições desta Portaria aplicam-se também às obras, serviços ou compras que forem contratados mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, bem como deverá constar dos respectivos processos de licitação ou de contratação direta.

Seção III

Disposições Finais

Art. 12. Nenhum prazo de recurso, representação ou reconsideração se inicia ou corre sem que os autos estejam com vista franqueada ao interessado. Art. 13. Os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

I - os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo; e

II - os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.

Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

I - o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação; ou II - o primeiro dia útil seguinte da data da publicação ou ciência.

Art. 14. Não existindo determinação em sentido contrário, os atos processuais devem ser praticados pelos notificados no prazo de 5 (cinco) dias úteis corridos.

Art. 15. Quando se tratar de processo digital, os atos poderão ser praticados por meio de correio eletrônico, até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia do prazo, salvo quando houver prescrição de forma diversa.

Art. 16. Os prazos só se iniciam ou terminam em dia em que haja expediente normal na FAPESP.

Art. 17. A Portaria PR n. 68, de 31 de agosto de 2021, aplica-se a todos os contratos e instrumentos equivalentes celebrados e vigentes sob a égide da Lei Federal n. 8.666/1993

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024.

MARCO ANTONIO ZAGO
Presidente

(Processo SEI nº 255.00000013/2024-54)

ANEXO IV

MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA (em papel timbrado do licitante)

À

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

Processo nº. 255.00000684/2025-04

OBJETO – Contratação de empresa especializada para fornecimento de um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, em ambiente web, conforme especificações constantes do Termo de Referência, anexo ao edital.

	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO ÚNICO	1	Software como Serviço – SAAS - Implantação	Unidade	1		
	2	Software como Serviço – SAAS – até 10 usuários operadores – Licença de Uso Mensal	Mês	12		
	3	Manutenção Evolutiva de Software (Acréscimo de Novas Funcionalidades) – Outras Linguagens	Unidade de Serviço Técnico (UST) 1 UST = 1 hora de trabalho técnico	720		

Observações importantes:

Propomos entregar, sob nossa integral responsabilidade, o objeto deste Pregão Eletrônico, de acordo com as condições descritas nesta proposta e seus anexos, e com os prazos, quantidades, modelos e especificações constantes respectivo Edital e seus Anexos.

Estamos cientes de que a fase de implantação, migração e entrada em produção assistida, caso aplicável, deverá ser concluída no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do contrato.

Estamos cientes de que deverá ser apresentado, o plano de implantação, conforme o item 5.12.3 do Termo de Referência.

Declaramos que esta proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaramos que o fornecedor não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da FAPESP ou com empregado que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Dados Bancários do Banco do Brasil: XXX

Dados para assinatura do contrato:

Nome:

CPF:

e-mail:

telefone:

endereço comercial:

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90003/2026, Processo nº 255.00000684/2025-04, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Vasconcellos De Souza, Gerente Adjunto**, em 23/06/2026, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0112021118** e o código CRC **497FC72D**.